

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Divulgação

Vereador pedirá informações da conduta do hospital

Vereador solicitará relatório para Secretaria de Saúde

Durante a sessão realizada na última quarta-feira (6) na Câmara de Petrópolis, os vereadores Tiago Leite Guel, Dr. Aloísio Barbosa e Júlia Casamasso abordaram o caso de um homem que morreu no Hospital Clínico de Correas na última terça-feira (05). O caso tomou conta das redes sociais depois que a neta publicou um vídeo alegando que a unidade matou o avô. Durante a sessão, o

parlamentar Tiago Leite apresentou um áudio que seria da enfermeira da unidade, chamando a neta de lixo. Após o ocorrido, os parlamentares repudiaram o caso e o vereador Dr. Aloísio Barbosa como Presidente da Comissão de Defesa da Saúde, informou que dará entrada em pedido de requerimento de informação, solicitando relatório para a secretaria de saúde.

Contrato não consta no portal

Outro fato apresentado pela vereadora Júlia Casamasso foi referente ao contrato entre a prefeitura e o HCC, que não consta no portal da transparência do município. A última renovação foi realizada ainda na gestão de Rubens Bomtempo, em agosto de 2024, com

prazo de seis meses e no valor de R\$ 11.250.000,00. O município foi questionado mais não esclareceu a renovação. O HCC emitiu uma nota oficial sobre a morte do paciente e informou que prestou todos os atendimentos necessários e manifestou solidariedade aos familiares.



Divulgação

Tema foi abordado durante encontro da FNP

Hingo Hammes discute os reflexos do “tarifaço

O prefeito Hingo Hammes, participou nesta quarta-feira (06/08), em Brasília, de uma reunião promovida pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin. O encontro reuniu gestores municipais de diversas regiões

do país para debater os reflexos da atual conjuntura econômica internacional e nacional, incluindo o chamado “tarifaço”. A medida norte-americana preocupa setores importantes da economia brasileira e tem sido acompanhada com atenção por cidades de todo o país. O temor é que o aumento das tarifas e a instabilidade no comércio.

Impacto em setores diversos

Em Petrópolis, os efeitos são variados. O setor de aviação, por exemplo, não deve ser diretamente afetado pelas novas tarifas, já que, em sua maioria, está isenta. A manutenção dessa condição é considerada estratégica para evitar impactos diretos no mercado de trabalho. No

entanto, o ambiente internacional instável pode levar à revisão de contratos, comprometer novos investimentos e, com isso, afetar empregos e receitas para o município. Já no setor têxtil, tradicional na economia de Petrópolis, o impacto direto das tarifas tende a ser menor.

Homenagem à Gehren

A Gehren, tradicional choperia do centro histórico de Petrópolis, está muito perto de se tornar Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio. A homenagem, que partiu do deputado estadual Sergio Fernandes (PSD), foi aprovada nesta quinta-feira (07), em segunda discus-

são na Alerj. Fundada na década de 1940, é uma das casas mais tradicionais da cidade, misturando tradições germânicas com gastronomia brasileira para oferecer pratos típicos, como linguças artesanais, petiscos variados e pizzas, além do tradicional chop.

PETROPOLITANO

Segundo acidente no Crazy Park é confirmado na 4ª Vara

Polícia Civil já realizou perícia e aponta falhas graves de segurança

Gabriel Rattes/CM

Por Gabriel Rattes

Foi realizada nesta quinta-feira (07/08), na 4ª Vara Cível de Petrópolis, uma audiência que debateu a situação do parque de diversões Crazy Park, interditado desde o acidente que causou a morte do jovem João Victor Souza Trindade da Silva, de 19 anos, em maio deste ano. Durante a audiência, o advogado do parque, Giuliano Vettori, confirmou que esse foi o segundo acidente com o mesmo brinquedo, o “Expresso do Amor”. A revelação reforçou as preocupações sobre a segurança do equipamento, que segue interditado junto com todas as atrações do parque.

Outro ponto central da audiência foi a informação de que a Polícia Civil já concluiu uma perícia técnica no brinquedo. Segundo o delegado Vitor Maranhão, responsável pelo inquérito, o equipamento apresentava falhas graves de segurança, como ausência de sistema de trava dupla e facilidade de acesso dos usuários à alavanca da trava.

Perícia confirma falhas

Durante a audiência, o delegado destacou que o laudo pericial confirmou que não havia um mecanismo de segurança redundante no “Expresso do Amor”. Também foi constatado que, com três pessoas no mesmo carrinho, os passageiros nas laterais acabavam naturalmente posicionando os braços para fora, o que deixava a alavanca de segurança ao alcance das mãos — algo que compromete a segurança do brinquedo.

A lotação do brinquedo, segundo a perícia, deveria ser de duas pessoas por carrinho, não três, como ocorria na prática. Além disso, a Polícia Civil investigou que o mesmo brinquedo já havia causado a morte de uma pessoa em 2023, no bairro de Bangu, no Rio, quando era operado por outra empresa do mesmo proprietário. Um terceiro caso está em apuração em Cabo Frio, envolvendo outro equipamento da empresa, embora não seja o mesmo brinquedo.

A defesa do Crazy Park, no entanto, afirmou que o brinquedo segue um padrão italiano, com normas técnicas internacionais. Disse que a capacidade oficial é de três pessoas por carrinho, embora o parque costume divulgar dois lugares por questões de organização de filas e marketing. A defesa reconheceu a possibilidade de uma falha pontual no acesso ao sistema de trava, mas alegou que isso não



A ação foi motivada por um acidente ocorrido na madrugada de 3 de maio de 2025

representa, necessariamente, uma violação técnica ou legal. A empresa se comprometeu a acompanhar o caso e, se for necessário, realizar adaptações no equipamento.

“Tempo excessivo para resposta”, diz juiz

Ao abrir a audiência, o juiz Jorge Luiz Martins reconheceu a demora na tramitação do caso. “O tempo passou e não fomos diligentes. Quando falamos de injustiça moral, temos que reconhecer que as coisas não andaram bem”, afirmou o magistrado. Ele reforçou a importância de acelerar os procedimentos, inclusive a realização de perícia nos equipamentos.

O advogado do Crazy Park disse que duas das três vítimas do acidente já foram indenizadas e que a terceira — a família de João Victor — está em processo de formalização do acordo. Ele também afirmou que o parque está disposto a custear a perícia para agilizar a liberação parcial das atrações que não estejam envolvidas diretamente no acidente.

Bombeiros explicam ausência de vistoria

O Corpo de Bombeiros, representado pelo Tenente-Coronel Márcio Luiz Huguenin, esclareceu que não é obrigatória a realização de vistoria prévia em eventos temporários, como os parques itinerantes, segundo a norma técnica 5/04 de 2019. Ele afirmou ainda que a autorização do evento foi emitida pela Diretoria Geral de Diversões Públicas, no quartel central da corporação, no Rio de Janeiro, e não pelo 15º Grupamento de Bombeiros de Petrópolis, que

não tinha conhecimento da realização do parque à época.

Ainda assim, uma vistoria feita após o acidente, em 3 de maio, encontrou diversas irregularidades, como pontos de oxidação em brinquedos, fiação exposta, número inadequado de extintores e ausência de gradis de proteção nos geradores. Um relatório detalhado com fotos foi enviado ao Ministério Público.

Prefeitura reforça necessidade de perícia

O secretário municipal de Serviços, Segurança e Ordem Pública, Marcelo Ramos Chitão, informou que a Guarda Civil Municipal tem mantido vigilância no parque, com quatro agentes diários, dois deles exclusivos para preservar o local. No entanto, ele ressaltou a dificuldade de manter a operação por tempo indeterminado e defendeu a realização da perícia.

O que diz o MPRJ?

A promotora Vanessa Katz reforçou que os riscos aos consumidores estão bem documentados e defendeu a manutenção da interdição do parque. Para ela, apenas após inventário detalhado e análise individual dos brinquedos é que será possível considerar a liberação de algum equipamento.

Katz também ressaltou que os equipamentos estão montados a céu aberto e sujeitos a deterioração, o que torna urgente a realização da perícia — especialmente porque o parque se comprometeu a arcar com os custos. Por fim, a promotora fez uma cobrança direta ao poder público:

“É importante registrar que

o município de Petrópolis deve produzir regulamentação para a instalação e funcionamento de parques de diversões em seu território, sobretudo diante das informações prestadas pelo Corpo de Bombeiros”, disse. Ela pediu, inclusive, que o Ministério Público intime pessoalmente o prefeito para apresentar uma proposta concreta nesse sentido, com base no “espírito estruturante” das ações civis públicas.

O que motivou a ação do Ministério Público?

A ação foi motivada por um acidente ocorrido na madrugada de 3 de maio de 2025, durante o funcionamento do Crazy Park no Parque Municipal de Itaipava. O brinquedo “Expresso do Amor” teve uma falha na trava de segurança, e os jovens João Victor e Raisa Dutra foram lançados do equipamento, colidindo com partes metálicas. João Victor morreu no local.

O Ministério Público pediu a produção antecipada de provas para evitar que as condições do parque fossem alteradas antes da perícia. A preocupação é que os brinquedos, montados a céu aberto, estão expostos ao tempo e a possíveis interferências humanas, o que pode comprometer a integridade da prova.

O que acontece agora?

A expectativa é de que a Justiça nomeie um perito nos próximos dias para realizar uma análise técnica completa dos brinquedos e equipamentos do Crazy Park. Até lá, o parque permanece totalmente interditado.

Detran Presente chega a Petrópolis com atendimentos neste sábado

O Detran RJ estará com o programa Detran Presente no Ciep de Corrêas, em Petrópolis, neste sábado (9/8). Os moradores terão a oportunidade de tirar documentos como a nova Carteira de Identidade Nacional (CIN) e a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), fazer serviços como transferência de propriedade de veículos e emplacamento, recorrer de multas de trânsito e resolver pendências com o Detran.

O Ciep de Corrêas fica na Estrada União e Indústria, número 2822, em frente ao terminal de integração de ônibus de Corrêas. O atendimento será realizado das 9h às 16h, e os moradores não precisam se

preocupar com agendamento, pois serão atendidos por ordem de chegada.

A emissão da primeira via da Carteira de Identidade Nacional (CIN) é gratuita. É necessário que o cidadão leve sua certidão de nascimento ou casamento original e tenha CPF. Sem a certidão não será possível tirar a CIN, mesmo que a pessoa já tenha identidade. Quem não tem mais a certidão precisa antes obtê-la nos cartórios. O documento de identidade atual continua válido até 2032, de forma que os cidadãos não precisam se apressar para tirar a CIN.

Para os serviços de Habilitação - como a renovação ou a segunda via da CNH - é preciso

pagar o Duda correspondente. O boleto deve ser retirado no Banco Bradesco e pago até esta sexta-feira (8/8), véspera do atendimento. O pagamento das taxas também é necessário para as vistorias e os serviços relacionados aos veículos. É preciso, também, estar atento à lista de documentos exigidos para a realização de cada serviço. As informações podem ser obtidas no site do Detran RJ (www.detran.rj.gov.br). Alguns exemplos estão listados no fim deste texto.

O Detran Presente foi criado pelo presidente do Detran RJ, Vinicius Farah, para facilitar a vida dos cidadãos do Estado do Rio. A cada semana, será realizada em um ou mais municípios.

“O Detran Presente leva todos os serviços do Detran RJ para mais perto dos moradores. É uma demonstração do compromisso do Governo do Estado de atender as pessoas com o respeito que merecem”, disse Vinicius Farah.

Além de poder tirar ou renovar documentos, os moradores de Petrópolis e cidades vizinhas serão convidados a participar de ações educativas do Detran RJ e terão acesso à Ouvidoria, ao serviço de recurso de infrações e ao Protocolo, para resolver pendências, como obter a devolução de taxas pagas, dar entrada no pedido de perícia médica ou desistir de categoria na CNH, entre outros.